

A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO SEXUAL MILITAR JAPONESA ANTES E DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: INTERSECÇÃO ENTRE PODER COLONIAL, GÊNERO E CLASSE

Alicia Rodrigues

Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso a respeito da escravidão sexual militar japonesa, comumente conhecida como sistema de “Mulheres de Conforto” o qual violou e explorou mulheres coreanas antes e durante o período da Segunda Guerra Mundial em meio a política imperialista japonesa no Leste Asiático. A escravidão sexual militar japonesa foi uma prática incorporada pelo Governo do Japão em combate a emergência de um sentimento “anti-japonês” de povos colonizados, mas também usada como uma arma de controle e disciplina do próprio exército do Império. A construção deste estudo ocorreu com base na revisão de artigos científicos específicos acerca do histórico da exploração sexual no Japão durante e depois do período Meiji e de quais maneiras estruturas de opressão, nesse caso, o colonialismo, o patriarcado e o sistema de classes sociais determinaram a experiência de mulheres e meninas coreanas pobres mobilizadas a prostituição forçada durante as primeiras décadas do século XX. Os resultados demonstraram que o sistema das “Mulheres de Conforto” operava de forma a submeter à humilhação e destruição da identidade e humanidade não só de mulheres escravizadas como o povo coreano em si. Um sistema de exploração pautado na ideia patriarcal e colonial de emascular os homens do território dominado pela violação de suas mães, esposas e filhas, logo, tornando-os incapazes de se rebelar contra o Império e a exploração de corpos femininos como recursos militares ilimitados.

Palavras-chave: Mulheres de Conforto; Interseccionalidade; Poder Colonial; Gênero; Classe

Introdução

No último dia 8 de janeiro de 2022 o movimento de mulheres vítimas da escravidão sexual japonesa chamado *Wednesday Demonstration* completou 30 anos. Toda quarta-feira, mulheres ativistas se reúnem em frente à embaixada do Japão em Seul, Coreia do Sul, como ato de protesto e luta por justiça e lembrança das vítimas dos crimes de guerra cometidos pelo Governo japonês entre 1930 a 1945. Essas manifestações exigem que o Japão assuma sua responsabilidade por explorar e violentar mulheres e

meninas coreanas através do sistema chamado “Mulheres de Conforto” idealizado e orquestrado pelo Império durante o processo de colonização da península coreana.

O termo “mulheres de conforto” constitui-se em um crime de guerra baseado no recrutamento de mulheres e meninas a serem enviadas como escravas sexuais ao exército japonês. Uma prática incorporada pelas políticas imperialistas de autoridades japonesas com o objetivo não só de entretenimento masculino, mas também como uma arma de controle e disciplina do próprio exército e de populações colonizadas. Estima-se que a origem do sistema se deu durante a Guerra Russo-Japonesa (1904 - 1905) a qual as “mulheres de conforto” eram, em sua maioria, japonesas sequestradas por militares e traficantes. Nos anos seguintes, como parte da colonização da Coreia (1910) e da segunda invasão japonesa à China (1937), as políticas dos prostíbulos foram orquestradas e organizadas pelo próprio Estado, o qual sequestrou mulheres ao redor da Ásia em países como as Filipinas, Tailândia, Taiwan, Indonésia e, principalmente, a Coreia.

Neste artigo, primeiramente propõe-se discutir a respeito das origens da escravidão sexual militar japonesa na Ásia durante a Segunda Guerra Mundial e, em seguida as estruturas sociais interrelacionadas as quais agravaram a perspectiva de mulheres coreanas pobres. Por último, analisar as múltiplas opressões dos diferentes sistemas de coerção como a hierarquia de gênero, a classe social e o poder colonial. Ademais, o objetivo do estudo é apresentar uma perspectiva geral de como os três sistemas de coerção se entrelaçam no processo de instrumentalização do estupro pelo Governo Japonês e as forças armadas. Então, averiguar a lógica de dominação e emasculação do inimigo pelo Império e os seus possíveis paralelos com os mecanismos de dominação colonial de mulheres negras nas Américas.

Escravidão Sexual Militar Japonesa

Mulheres de Conforto (*wianbu* em coreano) é um eufemismo criado por forças militares imperiais do Japão para se referir ao sistema de Escravidão Sexual Militar Japonesa estruturado antes e durante a Segunda Guerra Mundial. O Japão Imperial passou a organizar a escravidão sexual de forma sistematizada a partir do Incidente de 28 de

janeiro de 1932, o Incidente de Shanghai¹. De acordo com a lógica patriarcal desumanizante das forças militares japonesas da época, as mulheres de conforto eram “presentes” do Império para o “alívio” sexual dos soldados.² Entre os anos de 1930 a 1945, o Japão foi responsável por mobilizar a força mulheres e meninas entre 11 e 24 anos à prostituição forçada em bordéis militares onde sofriam estupros, espancamentos, queimaduras e, alguns casos, tortura por meses e até anos. Elas eram sequestradas, coagidas ou recrutadas com falsas promessas de trabalho em fábricas ou como enfermeiras em acampamentos militares.

Conforme o *Korean Council for Justice and Remembrance for the Issues of Military Sexual Slavery by Japan*², o Governo Imperial do Japão era diretamente responsável pela mobilização e transporte dessas mulheres. Ademais, para evitar a proliferação de doenças venéreas entre combatentes, médicos do exército eram encarregados de regular constantemente a higiene dos acampamentos e das “estações de conforto”, as horas de “serviço” e a distribuição de métodos contraceptivos como camisinhas e até a realização de abortos. O Governo Japonês foi o principal idealizador do funcionamento das estações de conforto ou bordéis militares: casas temporárias próximas aos acampamentos de tropas militares japonesas onde mulheres eram presas e violentadas diariamente.

Em territórios colonizados pelo Japão, o número de mulheres varia de 80.000 a 280.000 vítimas coreanas, chinesas, japonesas, filipinas, taiwanesas e vietnamitas, segundo Pyong Gap Min. Outrossim, 80% das vítimas mantidas em estações de conforto eram coreanas. De acordo com a ideologia patriarcal do Governo do Japão, as mulheres coreanas eram meros recursos necessários para a guerra, enquanto, por outro lado, as mulheres japonesas eram encarregadas de cumprir a “missão nacional da maternidade”,

¹ A Batalha de Shanghai foi um conflito entre o Império Japonês e o Exército Nacional Revolucionário da República da China na cidade de Shanghai durante o período de janeiro a março de 1932. ² THE KOREAN COUNCIL. 2007. “Annual Report” Unpublished Document. 2003 “Resource Materials” p. 31

² *Korean Council for Justice and Remembrance for the Issues of Military Sexual Slavery by Japan* (Conselho Coreano) é uma organização com sede na Coreia do Sul que trabalha para a resolução justa da questão da escravidão sexual militar japonesa e violência sexual durante a guerra. O Conselho movimenta diversas campanhas desde a década de 90, como manifestações públicas, palestras em escolas, organizam eventos online e, principalmente, demonstram suporte as vítimas da violência sexual sofrida antes e durante a guerra.

ou seja, gerarem as próximas gerações de soldados do Império. Por se tratar de um povo colonizado, a população coreana era vista como uma raça inferior não civilizada de acordo com as doutrinas do Império Meiji. Tendo isso em vista, a nacionalidade era de suma importância nos bordéis pois determinava o grau de violência o qual as mulheres de conforto eram submetidas. Japonesas eram oferecidas exclusivamente aos oficiais, coreanas aos soldados de baixa patente e as chinesas aos demais agentes militares. Os regulamentos e as regras do funcionamento dos bordéis eram determinados de acordo com a organização de cada estação, mas a hierarquia de nacionalidade era rigorosamente ligada à patente militar.

Imagem 1: Soldados japoneses formam filas para entrar nas Estações de conforto



Fonte: © Álbum de Moriyasu Murase “I Joined the Chinese Front”³

Dentre as vítimas da escravidão sexual militar japonesa, está Chong Ok Sun que foi levada para uma estação de conforto aos treze anos quando foi buscar água para seus pais que trabalhavam no campo.

Um soldado da guarda japonesa me surpreendeu e me levou embora e meus pais nunca souberam o que havia acontecido com sua filha. Fui levada para a delegacia em um caminhão, onde fui estuprada por vários policiais. Quando

³ **A to Z** Guide for Just Resolution of the Japanese Military Sexual Slavery Issue (2020) Disponível em: [A to Z Guide for Just Resolution of the Japanese Military Sexual Slavery Issue \(2020\) by 정의기억연대 The Korean Council - Issuu](#)

gritei, eles colocaram meias na minha boca e continuaram a me estuprar. O chefe da delegacia me acertou no olho esquerdo porque eu estava chorando. Naquele dia, perdi a visão do olho esquerdo. Após cerca de 10 dias, fui levada para o quartel do exército japonês na cidade de Heysan. Havia cerca de 400 outras jovens coreanas comigo, e tivemos que servir mais de 5.000 soldados japoneses como escravas sexuais todos os dias - até 40 homens por dia. Cada vez que eu protestava, eles me batiam ou enfiavam trapos na minha boca. Um segurou um palito de fósforo em minhas partes íntimas até que eu o obedeci. Das minhas partes íntimas escorriam sangue. (...) Acho que mais da metade das garotas que estavam no quartel foram mortas. Por duas vezes tentei fugir, mas nas duas vezes fomos pegas depois de alguns dias. Fomos torturadas ainda mais, e fui atingida na cabeça tantas vezes que todas as cicatrizes ainda permanecem. Eles também me tatuaram no interior dos meus lábios, meu peito, meu estômago e meu corpo. Eu desmaiei. Quando acordei, estava na encosta de uma montanha deixada para morrer. Das duas garotas que estavam comigo, apenas Kuk Hae e eu sobrevivemos. Um homem de 50 anos, que morava nas montanhas, nos encontrou, nos deu roupas e algo para comer. Ele também nos ajudou a viajar de volta para a Coreia, onde voltei, com cicatrizes, estéril e com dificuldades para falar, aos 18 anos, depois de cinco anos servindo como escrava sexual para os japoneses.⁴(A to Z Guide for Just Resolution of the Japanese Military Sexual Slavery Issue, 2020 p.43)

A primeira sobrevivente conhecida e dá seus testemunhos foi Bae Bong-gi⁶, nascida na província de South Chungcheong, foi levada em novembro de 1944 após ser enganada por falsas promessas de trabalho. Bae Bong-gi foi levada para uma estação de conforto em Tokashiki, Okinawa e lá permaneceu até o fim da Segunda Guerra Mundial. Depois do fim da guerra, foi obrigada a servir as tropas militares dos Estados Unidos durante a ocupação norte-americana. Bae Bong-gi viveu em Okinawa e sofreu com severos danos psicológicos provocados por transtorno de estresse pós-traumático até a sua morte em outubro de 1991.

Estabelecimento e Coordenação das Estações de Conforto

Após a Restauração Meiji em 1868, o Japão restabeleceu a ideologia nacional de submissão ao Império, o qual o poder do imperador englobava todas as estruturas sociais

⁴ O depoimento é um trecho retirado e modificado da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Relatório do Relator Especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências, Radhika Coomaraswamy, apresentado de acordo com a resolução da Comissão de Direitos Humanos 1995/85, E/CN.4/1996/53 (5 February 1996), disponível em <https://undocs.org/E/CN.4/1996/53> ⁶

Para saber mais sobre Bae Bong-gi: Jeong-gyu Lee, "Remembering Bae Bong-gi, the First Comfort Woman to Testify About Her Experiences as Sex Slave," The Hankyoreh, March 18, 2019, [Remembering Bae Bong-gi, the first comfort woman to testify about her experiences as sex slave : International : News : The Hankyoreh](#) Seoul Metropolitan Government and Seoul National University Chung Chin Sung Research Team, Records Memories: Stories of "Comfort Women," Untold Words, 201-250.

como a economia e a política. O sistema imperial japonês pode ser caracterizado como um *family-state system*, ou seja, o Estado é organizado em uma estrutura familiar em que os civis comuns são incorporados à disposição do Estado como membros de uma família liderada pelo imperador. Inspirados nos fundamentos sociais de família do Período Edo⁵, o Código Civil Meiji autorizou prostituição assim como tornou a sua regulamentação pública da mesma maneira que o recrutamento de mulheres pobres de classes mais baixas como uma possível solução para conter o desejo sexual masculino (CHUNG, 1997) Para mais, a mobilização de mulheres pobres da península coreana e outras colônias serviram como mecanismo de perpetuação e proteção do *family-state system* visto que mulheres japonesas de alta classe eram resguardadas para a gestação dos futuros filhos da nação japonesa.

As imposições do sistema Meiji avançaram na Manchúria em 1931 e em toda a China em 1937 em decorrência de uma série de resoluções internas do Governo japonês mobilizadas a fim de alavancar recursos militares e econômicos que sustentassem suas colônias na Ásia. Conforme Chung (1997), o Japão recrutou sete milhões de soldados japoneses e cerca de treze milhões de trabalhadores. Por outro lado, as mulheres, em sua maioria de classe baixa, eram estimuladas a mostrar lealdade ao Império através do trabalho em fábricas, no campo e em bordéis exclusivos das forças armadas. A exploração do trabalho e do corpo de mulheres pobres dentro e fora das fronteiras do Império permitiu ao Governo do Japão que expandisse sua acumulação de capital e explorar suas colônias por meio da criação da dependência econômica, do apagamento cultural e histórico e, do controle sobre as estruturas sociais de povos colonizados.

Durante o período de 1931 a 1945, à medida que o Japão expandia suas colônias através de conflitos na Manchúria, na China e no Pacífico, o Governo japonês pôs em prática as estações de conforto militares exclusivas para soldados. O planejamento e organização das estações de conforto tiveram início no começo da década de 1930 com a

⁵ Período em que o Japão era governado por xoguns da família Tokugawa (março de 1603 - maio de 1868)

Invasão Japonesa à Shanghai, na China⁶, porém, em 1937 passaram a ser organizadas de maneira sistemática e de total controle das forças militares japonesas. Os bordéis de Shanghai serviram de protótipo para as políticas de regulamentação das estações de conforto em 1937 após o Massacre de Nanjing⁷. A mobilização de mulheres como escravas sexuais militares ocorreu em meio a expansão de esforços de guerra tanto no Japão quanto nos territórios ocupados na Ásia e no Pacífico (CHUNG, 1997) As mulheres de conforto eram reservadas ao papel de instrumentos de apaziguamento dos desejos sexuais de soldados e prevenção de estupros de militares japoneses contra civis de colônias ou territórios ocupados durante a guerra a fim de conter a proliferação de possíveis manifestações anti-japonesas na China, por exemplo. Além disso, as estações de conforto serviam como um método prático de reduzir o contágio de doenças venéreas entre soldados e aumentar a moral masculina do exército durante a guerra.

As estações de conforto ou centros de estupro eram separadas em três categorias: (1) os que eram diretamente organizados e controlados por militares; (2) aqueles sob a gestão de civis, mas diretamente monitorados pelo exército e de uso exclusivo de militares e funcionários civis e, por último; (3) aqueles controlados por administradores privados em que militares possuíam prioridade, mas civis japoneses poderiam fazer uso (MCDOUGALL, 2001) Como no princípio das ocupações, as estações de conforto ou centros de abuso sexual de mulheres foram estabelecidas em Shanghai, mas logo se expandiram para grande maioria do território ocupado por tropas japonesas. Devido à grande expansão territorial japonesa, Chung afirma que o Ministério do Exército do Japão pretendia expandir o número de estações e criar 280 bordéis militares ao longo de todo território chinês ocupado, 110 no Sul da Ásia e 10 em Sakhalin para um total de 400 casas de conforto militares até o final da Segunda Guerra.

⁶ Em 1932 o Império Japonês invade e ocupa parte do território da China e estabelece um Estado fantoche denominado Manchukuo e lá permanece até o final da Segunda Guerra Mundial.

⁷ Campanha expansionista contra a China a qual civis e soldados chineses foram submetidos a torturas, estupros e mortes violentas pelo Exército Imperial Japonês.

Imagem 3: (Esquerda) Cadáveres de tropas japonesas e “mulheres de conforto” mortos na cidade de Tengchung, 15 de setembro de 1944.⁹

Imagem 4: (À direita) Cadáveres de mulheres se alinhavam nas trincheiras que saíam da Fortaleza Tengchung. A maioria eram “mulheres de conforto” coreanas.¹⁰



Fonte: Sung Hyun Kang; Korea Journal 59, no. 2 (2019)

A omissão japonesa e as dinâmicas de poder internacionais após a guerra contribuíram para o apagamento e esquecimento do sistema de “mulheres de conforto” Lee Na-Young (2014) afirma: os problemas de reconstrução das nações no Leste Asiático devem ser considerados pois, durante o período pós-guerra, os Estados Unidos miravam o Japão como uma ótima oportunidade de aliança democrática contra as emergências comunistas na Ásia como a China e a Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia) durante a Guerra Fria. Com isso, em razão das dinâmicas geopolíticas na época e o início dos embates entre Estados Unidos e União Soviética, as exigências por reparações de crimes de guerra cometidos pelo Japão foram menores se comparadas às da Alemanha. Os Estados Unidos estavam empenhados em manter suas relações diplomáticas bem próximas com o Japão através de acordos econômicos e políticos, os quais refletiram diretamente na descolonização incompleta da península coreana. Após 1945, os Estados Unidos substituíram o sistema imperial japonês por princípios liberais

⁹ Sung Hyun Kang, “The US Army Photography and the ‘Seen Side’ and ‘Blind Side’ of the Japanese Military Comfort Women: The Still Pictures and Motion Pictures of the Korean Comfort Girls in

Myitkyina, Sungshan, and Tengchung,” Korea Journal 59, no. 2 (2019): 169.

¹⁰ Sung Hyun Kang, “The US Army Photography and the “Seen Side” and “Blind Side” of the Japanese Military Comfort Women: The Still Pictures and Motion Pictures of the Korean Comfort Girls in Myitkyina, Sungshan, and Tengchung,”

democráticos na Coreia do Sul, priorizando princípios ocidentais econômicos em detrimento dos interesses populares.

Por último, ao contrário de um senso de responsabilidade e comprometimento em ressarcir economicamente suas ex-colônias, o Governo japonês adotou a postura de vítimas das bombas atômicas Hiroshima e Nagasaki como parte da reconstrução de sua identidade nacional, logo, contribuindo para o apagamento do seu histórico nazista. As mulheres sobreviventes do sistema “mulheres de conforto” permaneceram em silêncio durante 50 anos quando em 1990 começaram a se organizar em grupos para lutar por justiça e reparação.

Interseccionalidade e o Sistema Mulheres de Conforto

A escravidão sexual militar japonesa pode ser compreendida como diversas interações entre mecanismos sociais de coerção. As intersecções entre diferentes estruturas de opressão como o colonialismo, o imperialismo, o patriarcado e o nacionalismo japonês moldaram os instrumentos de violência contra mulheres e meninas de territórios invadidos pelo Japão antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Outrossim, é importante salientar que grande parte das jovens vítimas sequestradas ou enganadas com promessas falsas de emprego eram de famílias pobres que trabalhavam em áreas rurais ocupadas e colonizadas pelo Japão. Ao final da guerra, as mulheres que sobreviveram e conseguiram, de alguma maneira, retornar ao seu país de origem sofreram rejeição e até foram desacreditadas em razão do estigma patriarcal sobre vítimas de estupro. Por fim, por não receberem nenhuma compensação econômica do Governo japonês após a guerra, a maioria continuou pobres e sujeitas a empregos subvalorizados como empregadas domésticas, garçonetes e vendedoras ambulantes.

Poder Colonial

Em 1910 o Japão invadiu e anexou a península da Coreia como uma de suas colônias, se apropriando e distribuindo para civis japoneses as terras da dinastia Chosun. Durante grande parte da Segunda Guerra Mundial, o Japão fez da Coreia, ainda unificada,

uma colônia a qual o único propósito era produzir alimentos e recursos para conflitos na China, dessa forma, milhares de famílias que viviam em áreas rurais foram forçadas a trabalhar em campos para o exército japonês na Manchúria. (C.S. Kang 1997 apud MIN, 2003) Além disso, o governo do Japão recrutou uma grande quantidade de homens coreanos para preencher as demandas de trabalhadores provocadas pela grande expansão japonesa na Ásia. Assim, os convocados eram levados para realizar trabalho escravo em campos de produção de alimentos e armamento militar.

Desde o início, a ocupação japonesa na Coreia possuía fortes políticas de apagamento cultural e histórico através da assimilação forçada de elementos culturais japoneses como, por exemplo, a construção de templos xintoístas. A Política *Um Corpo Japão-Coreia* (1938) foi uma tentativa de extinguir costumes e elementos históricos-sociais coreanos em prol da política Meiji. A partir de 1940, o Governo impôs tanto aos cidadãos coreanos quanto às mulheres de conforto que adotassem nomes japoneses, caso contrário não receberiam alimento e seriam punidos com trabalho forçado. Além disso, as crianças que recusassem elementos da cultura japonesa eram reprovadas nas escolas. O idioma oficial da colônia passou a ser o japonês e os indivíduos eram induzidos a policiar uns aos outros para que nenhum falasse sua língua materna, quando não eram agredidos e não recebiam materiais e apostilas nas escolas. Ademais, os alunos eram obrigados a reproduzir a ideologia imperial japonesa como sempre se curvar em direção ao palácio do imperador e distribuir propaganda imperialista japonesa nas ruas.

As vítimas coreanas da escravidão sexual foram convocadas a realizar trabalho forçado no serviço militar japonês e tratadas desumanamente principalmente porque eram propriedades da colônia, isto é, a escravidão sexual do sistema mulheres de conforto foi, simultaneamente, um fruto e um instrumento de colonização da Coreia pelo Japão (MIN, 2003) A grande maioria das mulheres escravizadas sexualmente eram coreanas pôr a Coreia ser um território colonizado.

Torna-se evidente, portanto, que o imperialismo japonês na Ásia, especificamente na Coreia, reduziu a identidade e a existência das mulheres em seres menos humanos. Ainda que o processo de colonialidade de Maria Lugones se refira ao sistema de colonização da América do Sul, é visível os possíveis paralelos entre as ferramentas de

coerção inseridas dentro de circunstâncias distintas em tempo, contexto histórico e cultural. Esse processo apagou laços coletivos e toda organização social pré-existentes à colonização (CAMPANARO, 2020)¹¹ Hierarquizou e classifica quem era ou não humano e define que humanos são apenas os civilizados. Maria Lugones (2019) afirma que a hierarquia dicotômica é instrumento da missão civilizatória que julgou povos colonizados como inferiores, subordinados naturais e amparou a violência sobre eles. A concepção do povo coreano como meros recursos para se fazer a guerra afirma a ideia da construção do “outro” como inferior, logo, naturalmente suscetível à subordinação.

Hierarquia de Gênero

Sobre a questão de gênero, a dicotomia hierárquica “(...) fez mulheres e homens colonizados se tornarem machos e fêmeas. Os machos se tornaram não-humanos-como-não-homens, e as fêmeas colonizadas se tornaram não-humanas-como-não-mulheres” (LUGONES, 2019, p. 360). A hierarquia de gênero no que se refere a colonização demarca o sexo feminino enquanto inferior e o nega a sua humanidade, reduzindo-o a recursos a serem explorados e territórios a serem desbravados pelo Império. Assim, o dominador japonês emascula os homens coreanos através da lógica de feminilização do colonizado, ou seja, o dominador é masculino que adestra e castra o colonizado rebelde e não-humano. O desprezo e desvalorização de características denominadas femininas (falta de controle, irracional, passional) atribuídas aos povos colonizados aponta uma inferioridade “natural” que legitima essas hierarquias. A desvalorização do feminino é tanto ideológica quanto material, logo, as estruturais estatais-patriarcais se organizam de maneira que mulheres e homens colonizados se encontram em espaços subalternos como casas de prostituição e campos de trabalho forçado respectivamente.

Sendo assim, as mulheres de conforto coreanas se diferenciavam de outros grupos de mulheres forçadas a escravidão sexual justamente por serem de uma colônia explorada especificamente para produzir recursos militares. Segundo Min (2003), a subordinação de mulheres ao Estado e ao imperador da lógica patriarcal-estatal foi a base ideológica do planejamento e criação dos bordéis exclusivos para “confortar” soldados militares. A

¹¹ Ezine Teoria Feminista (2020). Feminismo decolonial: uma introdução

intersecção da hierarquia de gênero, o histórico patriarcal e o advento das guerras imperiais japonesas na Ásia foram fundamentais para a instauração do sistema de escravidão sexual militar. Nesse contexto, o estupro foi utilizado como arma disciplinar contra coreanos colonizados a fim de prevenir ou combater a ascensão de movimentos anti-japoneses e evitar rebeliões entre soldados do império.

Durante e após a guerra, milhares de mulheres coreanas foram assassinadas, a maioria com idade entre quinze e dezenove anos. Hyunah Yang descreve esses homicídios não só como uma solução rápida que o Japão encontrou de apagar seus crimes como também uma maneira de promover um massacre contra o povo coreano. Segundo Yang (1997), a guerra é o “estupro” metafórico da pátria do inimigo pois envolve tanto o campo físico-mental quanto o de batalha. As experiências das vítimas coreanas com a escravidão sexual estão intrinsicamente relacionadas com o fato de serem do sexo feminino em uma Coreia colonizada, além disso, o fato de a maioria serem de famílias pobres também agravaram as chances de serem forçadas a prostituição.

Classe Social

A invasão e apropriação de territórios coreanos pelo Japão no início do século XX resultou em um aumento significativo do número de famílias sem-terra e de desempregados em áreas urbanas. As vítimas da escravidão sexual em sua maioria pertenciam justamente a famílias pobres as quais viviam no campo que tiveram suas terras apropriadas ou famílias pobres que migravam para os grandes centros para conseguir trabalho. Dessa forma, a política colonial do Japão tornou meninas e mulheres de famílias sem terra ou sem emprego sujeitas à prostituição forçada através de falsas promessas de emprego (MIN, 2003) A maioria das mulheres e meninas coreanas vítimas da escravidão sexual foram levadas para as estações de conforto mediante a falsas promessas trabalho no Japão. Em alguns casos, pais pobres eram enganados e vendiam suas filhas pensando que iriam trabalhar em casas de famílias como empregadas ou babás, porém, elas eram levadas para bordéis próximos aos acampamentos militares japoneses.

O imperialismo japonês junto ao sistema de divisão de classes sociais durante o período de colonização da península coreana tornou meninas e mulheres mais vulneráveis a serem enganadas ou até mesmo sequestradas para servir ao sistema de escravidão sexual militar. Jovens coreanas de famílias pobres de trabalhadores rurais eram foco do sistema de conforto militar exatamente por estarem na base da pirâmide social do Império, logo, suas condições eram frágeis e não possuíam qualquer amparo econômico-social. Por outro lado, meninas coreanas as quais pertenciam a famílias de classe alta de grandes empresários em centros urbanos tinham baixas chances de serem forçadas a escravidão sexual. Outra maneira de receptar vítimas para os bordéis era através da violência, militares e policiais civis japoneses sequestravam e abusavam de mulheres e meninas quando estavam sozinhas. Tanto o governo quanto a população japonesa acreditam que as mulheres de classe baixa poderiam ser mobilizadas como prostitutas, pois, assim, as mulheres de classe média/alta teriam a sua castidade protegida e a vida sexual resguardada a reprodução de filhos do Império.

Considerações Finais

Neste artigo, a questão da escravidão sexual militar japonesa destaca-se como um caso na história contemporânea da institucionalização do estupro como arma de guerra e instrumento disciplinar das forças armadas japonesas antes e durante a Segunda Guerra Mundial para com povos colonizados na Ásia, em especial, a Coreia. Em suma, o sistema Mulheres de Conforto pode ser sumarizado por meio da interação de três principais estruturas de opressão. Primeiro, o processo de colonização do Japão na Coreia desumanizou milhares de mulheres e meninas coreanas as quais foram forçadas a prostituição em bordéis militares das forças armadas japonesas. Segundo a hierarquia de gênero facilitou a instauração das estações de conforto, uma vez que as estruturas patriarcais junto à ideologia Meiji classificavam as mulheres como seres subordinados e a serviço do Império tanto coreanas quanto japonesas. Se por um lado, as mulheres coreanas eram mobilizadas para a prostituição, as mulheres japonesas eram encarregadas de reproduzir e garantir a continuidade da nação. Por último, as mulheres coreanas

originárias de famílias pobres e, principalmente, de áreas rurais eram mais propensas a serem enganadas com falsas propostas de emprego ou de serem vítimas de sequestro e, assim, levadas para estações de conforto ao redor da Ásia.

Este presente artigo busca contribuir para os estudos feministas de modo que, através da perspectiva interseccional, possamos entender um dos mecanismos de exploração e violência contra mulheres contemporâneo que ainda não é devidamente analisado sob a ótica feminista nos estudos de Relações Internacionais no Ocidente. Ademais, ao analisarmos as Mulheres de Conforto podemos nos questionar a respeito de paralelos entre diferentes métodos de coerção masculina contra mulheres em nações colonizadas como, por exemplo, o estupro de mulheres negras por homens brancos nas Américas durante a colonização. Dessa forma, a pesquisa procura abrir caminhos a fim de ampliar perguntas como possíveis relações entre o feminismo de colonial e a luta de vítimas por justiça hoje na Coreia do Sul e em outros países no Leste Asiático. Por fim, o artigo busca contribuir para as análises de abuso sexual de mulheres em contexto de guerra ou zonas militarizadas por forças armadas ou pelo próprio Estado.

Referências

CHUNG, Chin Sung. **The origin and development of the military sexual slavery problem in Imperial Japan.** positions: East Asia cultures critique, v. 5, n. 1, p. 219-255, 1997.

LUGONES, Maria; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Rumo a um feminismo decolonial.**

MCDUGALL, Gay J. **Addressing State Responsibility for the Crime of Military Sexual Slavery during the Second World War: Further Attempts for Justice for the “Comfort Women”.** The Korean Journal of International and Comparative Law, v. 1, n. 2, p. 137-165, 2013

MIN, Pyong Gap. **Korean “Comfort Women” the intersection of colonial power, gender, and class.** Gender & Society, v. 17, n. 6, p. 938-957, 2003.

NA-YOUNG, Lee. **The Korean women’s movement of Japanese military “Comfort Women”:** Navigating

between nationalism and feminism. *The Review of Korean Studies*, v. 17, n. 1, p. 71-92, 2014.

OKAMOTO, Julia Yuri. As Mulheres de Conforto na Guerra do Pacífico. **Revista de Iniciação Científica de**

Relações Internacionais, v. 1, n. 1, p. 91-108, 2013.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, war, and militarism: feminist perspectives**. ABC-CLIO, 2010.

SYLVESTER, Christine. **War as Experience: Contributions from international relations and feminist analysis**. Routledge, 2013.

THE KOREAN COUNCIL. 2007. "Annual Report" Unpublished Document. 2020 "Resource Materials"

YANG, Hyunah. **Revisiting the issue of Korean "military comfort women"**: The question of truth and positionality. *positions: east asia cultures critique*, v. 5, n. 1, p. 51-72, 1997.